

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano IV - Nº 683 - Brasília, quarta-feira, 6 de maio de 1998

Congresso aprova extinção de cargos



Reunido ontem à noite (foto), o Congresso Nacional aprovou medida provisória que extingue 28.451 cargos vagos na administração federal e coloca em processo de extinção mais 72.930 cargos

atualmente ocupados, cujas atividades são consideradas desnecessárias ou passíveis de terceirização. Outras duas MPs foram retiradas da pauta por falta de acordo. **Página 3**

CAE abre caminho para legalização de cassinos

Por nove votos a cinco, comissão rejeita parecer de Lúcio Alcântara e acolhe voto em separado de Gilberto Miranda. Projeto que autoriza o jogo será agora apreciado pelo plenário

Aprovado reajuste de militares

A Comissão de Assuntos Econômicos aceitou parecer favorável a projeto que aumenta em 113% a gratificação dos militares. **Página 6**



Miranda, entre Lobão e Francolino, é autor do voto sobre a legalização dos cassinos aceito pela CAE

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou ontem, por nove votos a cinco, o projeto de lei que legaliza os cassinos no Brasil. A proposta, que já havia passado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, segue agora para o plenário. De acordo com o texto, os estados e o Distrito Federal poderão autorizar o funcionamento de cassinos em locais de interesse turístico ou que não disponham de alternativas para seu desenvolvimento. **Página 7**

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

11h - Deputado Romeu Queiroz, presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.
11h30 - Edward Amador, ministro do Trabalho
15h30 - Sessão deliberativa ordinária do Senado

PLÊNÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Votação em primeiro turno da PEC nº 19/96, que visa acabar com a chamada guerra fiscal entre estados; votação em primeiro turno da PEC nº 28/96, que inclui a moradia entre as diretrizes sociais; votação em primeiro turno da PEC nº 4/95, que transfere, nos anos de eleições, de julho para 30 dias antes do pleito o recasso parlamentar, quanto dia de discussão em primeiro turno da PEC nº 32/96, que institui o serviço obrigatório; quarta-feira de discussão em primeiro turno da PEC nº 24/97, que também dispõe sobre o serviço obrigatório; 24/97, que altera o parágrafo 2º do art. 22 da Aldeia Disposições Constitucionais Transitorias (base de cálculo do Fundo de Estabilização Fiscal); segundo dia de discussão em primeiro turno da PEC nº 8/95, que dá nova redação ao inciso X do parágrafo 2º do art. 155 da Constituição Federal; "Mensagem" nº 102/98, que submetta à deliberação do Senado o nome de João Carlos Pessoa Fraga Filho, ministro de primeira classe do quadro especial da carreira de diplomata, para exercer a função de embaixador do Brasil junto à República Helênia; e "Mensagem" nº 113/98, que submetta à deliberação do Senado o nome de Roberto Soares de Oliveira, ministro de primeira classe do quadro especial da carreira de diplomata, para exercer a função de embaixador do Brasil junto à Confederação Suíça

COMISSÕES

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: 1ª parte "Mensagem" nº 133/98, que submetta à aprovação do Senado o nome de Carlos Alberto Marques Soares para exercer o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga reservada à juiz autônomo de carreira do ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga reservada à advogado e decorrente da aposentadoria do ministro Paulo César Catalão; 2ª parte: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PEC" nº 52/95, que suprime o dispositivo que veda a contratação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país; "PLS" nº 23/95, que dispõe sobre a discussão em primeira instância do "factoring"; "PLC" nº 103/96, que dispõe sobre os registros públicos; "PLS" nº 63/95, que estabelece a revisão obrigatória da declaração do imposto sobre a renda das pessoas físicas e de cargo eletivo ou diretivo na administração pública; "PLS" nº 130 até 139/97, que autorizam a criação de distrito agropecuario nos municípios que mencionam "PLS" nº 12/97, que autorizam a criação de sociedades cooperativas; e "PLS" nº 24/197, que dispõe sobre a discriminação praticada contra servidores

10h - Comissão de Assuntos Sociais
Pauta: "PLC" nº 74/97, que propõe a substituição gradual da frota oficial de veículos; "PLS" nº 215/97, que assegura ao empregado a indicação da instituição bancária onde o empregador deverá depositar seu salário; "PLC" nº 10/94, que dispõe sobre a remuneração mínima do assistente social; "PLS" nº 241/95, que altera o artigo 389 do Decreto-Lei nº 4.542/43 (CLT); e "PLS" nº 93/93, que proíbe a exclusão de cobertura de despesas com tratamento de determinadas doenças em contratos que assegurem atendimento médico-hospitalar pelas empresas privadas de seguro-saúde ou assemelhadas. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa

11h - Comissão de Fiscalização e Controle

Pauta: Discussão sobre o andamento dos trabalhos da subcomissão, aprovada na comissão, com o objetivo de realizar procedimento fiscalizatório dos recursos financeiros repassados ao governo de Rondônia. Sala 6 - Ala Senador Nilo Coelho

11h - Comissão Especial

Destinada a acompanhar in loco as províncias e investigações dos fatos, as circunstâncias e as causas que provocaram o incêndio que assolou a região amazônica e, em especial, o estado de Roraima. Sala 6 - Ala Senador Alexandre Costa

17h - Comissão de Fiscalização e Controle

Pauta: Diversos nº 001/96, que encaminha ao Senado cópia da decisão nº 874/98 (TCU); e "Anotação-Lei" pelo presidente da comissão, de um relatório contendo vários documentos de interesse público e parlamentar. Sala 6 - Ala Senador Nilo Coelho

17h30 - Comissão de Educação

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLC" nº 12/97, que dispõe sobre os estatutos de instituições; "PLC" nº 61/97, que dispõe sobre a Educação Ambiental e a Política Nacional de Educação Ambiental; "PLS" nº 67/95, que trata de um processo de escolha dos dirigentes universitários; "PLS" nº 7/95, que dispõe sobre a distribuição dos recursos do salário-educação; "PLC" nº 102/96, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Futamãtê Ltda., para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caxazeiras, Paraíba; "PLC" nº 120/97, que aprova o ato que renova a concessão deferida à Rádio Bandeirantes de Cachoeira Paulista Ltda., para explorar o serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Cachoeira Paulista, São Paulo; e "PLC" nº 118/97, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Itaipava, para explorar o serviço de radiodifusão sonora em onda média freqüência de Guarulhos, do Estado de São Paulo. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa

17h30 - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "Mensagem" nº 121/98, do presidente da República, submetendo à apreciação do Senado o nome de Sérgio Marcos Amariani, ministro de primeira classe, do quadro permanente, da carreira de diplomata, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto ao Senegal; "PLC" nº 2/98, que aprova o texto do acordo sobre a construção e utilização de um prédio para a instalação das instituições das Embaixadas do Brasil em Luanda e para a formação dos funcionários diplomáticos, técnicos e administrativos; "PLC" nº 13/98, que aprova o texto do protocolo de integração operacional para a formação de cursos humanos em nível de pós-graduação entre os países-membros do Mercosul; e "PLC" nº 14/98, que aprova o texto do Protocolo de Cooperação Cultural e Mútua, S/17 - Ala Senador Alexandre Costa

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLÊNÁRIO

Quinta-feira (07.05.98)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Roda do Expediente: O tempo destinado aos oradores será dedicado a comemorar os 250 anos do estado de Mato Grosso. Oradores: governador e deputados estaduais.

Pauta: Quanto o último dia de discussão em primeiro turno da PEC nº 52/96, que institui serviço obrigatório; quanto dia de discussão em primeiro turno da PEC nº 4/95, que também dispõe sobre serviço obrigatório; quanto dia de discussão em primeiro turno da PEC nº 37/97, que altera o parágrafo 2º do art. 17 da Constituição Federal; quanto dia de discussão em primeiro turno da PEC nº 8/95, que dá nova redação ao inciso X do parágrafo 2º do art. 155 da Constituição Federal; discussão em turno único do "Projeto de Resolução" nº 33/98, que autoriza a Paraná a emitir, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Paraná - LTFPI, destinando-se os recursos ao giro de sua dívida mobiliária vincível no 1º semestre de 1998; "Requerimento" nº 235/98, de autoria do senador Geraldo Melo, solicitando tramitação conjunta das PECs nºs 6 e 11 de 1998, por versarem sobre a situação funcional de servidores de empresas públicas federais e de empresas de economia mista; "Requerimento" nº 85/98, do senador Rocha, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do PLS nº 85/98-Complementar, que autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Pará e Amargosa; e a instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Delta do Rio Armações; e "Requerimento" nº 88/97, de autoria do senador Pedro Simon, solicitando a realização de um seminário nacional com o objetivo de debater questões relativas à privatização da Companhia Vale do Rio Doce

COMISSÕES

10h - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: "Relatório" às emendas apresentadas ao PDL referente às contas do presidente da República de 1996; "Requerimentos de autoria do deputado Paulo Bernardo; "PL" nº 698-CN, que aprova o contrato de investimento em frotas de empresas Transportadora Brasileira Gasoduto-Bioal-Brazil S.A. e Petróbras Fertilizantes S.A., crédito especial até o limite de R\$ 847 milhões, relativo ao "PL" nº 698-CN, relativo ao "PL" nº 698-CN; e "Relatório" ao "PL" nº 1098-CN. Plenário 2, Anexo II - Câmara dos Deputados

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando

Coord. Mesaquinha

Diretor de Divulgação e Integração - Helvécio Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editor-Chefe - Diábal Lima

Editores - Marcia Fernandes, Mariuzza Zav, Sylvio Gue-

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 060-912211 e Fax: 311-3317 - Brasília - DF

Impressão: Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Três propostas de mudança da Constituição devem ser apreciadas hoje pelo plenário

Senado vota emenda para acabar com a guerra fiscal

Três propostas de emenda constitucional devem ser submetidas à apreciação do plenário hoje, entre elas a de autoria do senador José Carlos de Oliveira do Senado (PFL-BA) que visa acabar com a guerra fiscal travada pelos estados na concessão de incentivos para a atração de empresas. A emenda autoriza o Senado a votar projeto de resolução estabelecendo condições para esses incentivos.

Na mesma sessão, os senadores devem deliberar sobre proposta de Mauro Miranda (PMDB-GO) que inclui a moradia entre os direitos sociais garantidos pela Constituição. Também aguarda votação proposta de emenda constitucional do senador Jefferson Pêres (PSDB-AM), cuja finalidade é, nos anos de eleições, transferir de julho para 30 dias

antes do pleito o recasso de deputados e senadores.

No quarto dia de discussão, estará em exame proposta de emenda constitucional do presidente da Casa, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que cria o serviço obrigatório. A proposta tramita em conjunto com uma semelhante, de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS). Também de Pedro Simon, estará em discussão proposta de emenda que exclui os municípios da retenção de impostos que formam o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF). De autoria do senador Geraldo Melo (PSDB-RN), será discutida proposta de emenda permitindo que o ICMS sobre petróleo e energia elétrica seja cobrado pelos estados produtores.

CAS analisa parecer sobre planos de saúde

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS), presidida pelo senador Admir Landrau (PSB-PA), aprecia hoje, entre outras propostas, o parecer do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) sobre o substitutivo da Câmara dos Deputados que regulamenta os planos e seguros de saúde. Além do parecer do relator, há um voto em separado do senador Romero Joffe (PFL-RR).

Também se reúne nesta quarta-feira, a partir das 10h, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), sob a presidência do senador Bernardo Cabral (PFL-AM), para apreciar, entre outras matérias, mensagens presidenciais indicando os nomes de João Alberto Marques Soares e de João Batista da Silva Fagundes para exercerem cargo de ministros

do Superior Tribunal Militar, o primeiro na vaga reservada a juiz auditor e o segundo como advogado.

A Comissão de Fiscalização e Controle, presidida pelo senador João Rocha (PFL-TO), tem duas reuniões amanhã: a primeira, às 11h, para debater o andamento dos trabalhos da subcomissão que fiscaliza recursos federais repassados ao governo de Rondônia, e a outra, às 17h, para apreciar decisão adotada pelo Tribunal de Contas da União.

Já a Comissão de Educação, presidida pelo senador Artur da Távola (PSDB-RJ), reúne-se às 17h30 para analisar vários projetos, com o que dispõe sobre a gestão democrática do ensino público.

des, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Omarani - Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e

Dagmar Miranda

Revisão - Lindolfo Amoral, Maria das Graças Aureliano e

Miqueias Dantas de Moraes

Fotos - César Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento,

Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo

JORNAL DO SENADO

MESSA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marinho

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flávio Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Lucídio Portella: Maria Fernandes

Lúcio Coelho - José do Helder - Maria Fátima

Diretor-Geral do Senado: Agacil da Silva Malta

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carneiro Silva

A medida provisória que elimina 28.451 cargos vagos na administração pública federal e coloca em processo de extinção outros 72.930 cargos foi a única votada na sessão de ontem à noite

Extinção de cargos é aprovada no Congresso

O Congresso Nacional aprovou ontem à noite a medida provisória que extingue 28.451 cargos vagos na administração pública federal e coloca em processo de extinção mais 72.930 cargos atualmente ocupados, cujas atividades são consideradas desnecessárias ou passíveis de terceirização. Os funcionários públicos que atualmente ocupam esses cargos passam a integrar, com todos os direitos assegurados, um quadro em extinção.

A proposta, considerada pelo governo como relevante para a "conformação de um Estado moderno", não representa, de imediato, redução de des-

pesas, segundo reconhece o ministro da Administração, Bresser Pereira, na exposição de motivos ao presidente da República. Entretanto, impede que esses cargos venham a ser preenchidos, "o que se refletirá favoravelmente na folha de pagamento dos servidores públicos".

No entanto, a MP, que tem o número 1.606-20, abre a possibilidade de preenchimento desses cargos em extinção com funcionários terceirizados, em caso de "eventual e comprovada necessidade, mediante contratação de serviços da iniciativa privada".

MPs polêmicas são retiradas de votação

A falta de acordo entre lideranças levou à retirada da votação de duas medidas provisórias que estavam na pauta para apreciação ontem à noite pelo Congresso Nacional.

Ao encaminhar a votação da MP 1.608-14, que trata das dívidas estaduais e municipais com o INSS, o deputado Miro Teixeira (PDT-RJ) apresentou posição contrária ao projeto de conversão apresentado pelo relator, deputado José Luiz Clerot (PMDB-PB). Com base em jurisprudência de tribunais superiores, Clerot acrescentou ao projeto original do governo uma emenda que anistia prefeitos incriminados pelo não recolhimento de contribuições previdenciárias de funcionários municipais.

O presidente do Congresso, senador Antonio Carlos Ma-

galhães, considerando esse assunto muito polêmico, pediu ao líder do governo no Congresso, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), sua retirada de pauta, para que seja estudado mais profundamente. Arruda concordou com ACM, e pediu também a retirada da MP 1.647-15, que regulamenta a alienação de cerca de três milhões de imóveis de propriedade da União.

O presidente do Congresso tentou colocar em votação a MP 1.648-7, que extingue órgãos públicos e cria a figura jurídica da organização social. Mas a oposição pediu verificação de *quorum* e o número mínimo de deputados não foi atingido, encerrando a sessão.

TSE decide que divulgar discurso parlamentar não é propaganda

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, comunicou ao plenário decisão do Tribunal Superior Eleitoral sobre propaganda política. O TSE decidiu que, naquilo que o Regimento Interno da Câmara ou do Senado permitir, os parlamentares podem divulgar seus discursos e proposições. Em decisão liminar, aquela Corte havia

entendido que a divulgação impressa de opiniões e proposições defendidas pelos parlamentares caracterizava propaganda política. Agora, deliberando no mérito, decidiu que, desde que a divulgação dessas matérias se limite ao permitido pelo Regimento Interno da instituição, não há crime eleitoral.



A sessão do Congresso durou mais de três horas

A medida provisória aprovada ontem é considerada "relevante para a conformação de um estado moderno"



Ronaldo: "dignidade sob pressão"

Ronaldo reafirma candidatura ao governo

O senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) afirmou ontem que disputará com o atual governador da Paraíba, José Maranhão, na convenção do PMDB, a candidatura ao governo estadual nas eleições de outubro. Os senadores Jader Barbalho (PA), Pedro Simon (RS) e Ramez Tebet (MS), todos do PMDB, manifestaram solidariedade pessoal a Ronaldo Cunha Lima e recomendaram que ele ainda tente garantir a unidade partidária no seu estado.

"A coragem é a dignidade sob pressão", enfatizou o senador paraibano. Ele diz que, dono da ficha de filiação nº 1 do PMDB-PB e sempre dedicado à construção e ao fortalecimento do partido, passou a sofrer "tratamento injusto e desigual" por parte de José Maranhão. "Escolhido consensualmente pelo partido e com o compromisso de continuidade", José Maranhão, como vice-governador, assumiu o Executivo estadual após a morte de Antônio Mariz, explicou.

Em 1994, segundo Ronaldo, as lideranças do PMDB-PB anunciaram que o candidato natural ao governo estadual, em 1998, deveria ser "o meu Luis Eduardo, Cássio Cunha Lima".

Assegurando nunca ter exigido esse compromisso e reconhecendo que a aprovação da emenda constitucional que permitiu a reeleição dos ocupantes de mandatos executivos alterou o quadro político, o senador disse que as circunstâncias o levaram a aceitar ser candidato "como última hipótese".

Ronaldo afirmou que o atual governador chegou a contratar uma emissora de rádio e um radialista para exaltar sua administração "e me agredir". Além disso, conforme matéria publicada ontem no jornal *Folha de S. Paulo*, o governador estaria promovendo o aliciamento dos conveniados peemedebistas.

Obrigatório para quem for dispensado do serviço militar, inclusive mulheres e religiosos, o novo instrumento irá, segundo senador tucano, "desenvolver a cidadania dos nossos jovens"

Távola defende serviço civil

O serviço civil obrigatório, destinado a jovens sentidos ou dispensados do serviço militar, "irá desenvolver a cidadania dos nossos jovens", previu o senador Artur da Távola (PSDB-RJ), no terceiro dia de discussão da proposta de emenda constitucional que institui o serviço. Távola destacou a importância dessa noção de cidadania num mundo "onde a globalização tende a trazer perdas até mesmo para a formação cívica nacional".

A proposta, de autoria do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), prevê que até mesmo as mulheres e os religiosos serão obrigados a prestar o serviço civil, seja em programas de assistência social, escolas, programas de prefeituras, entidades de apoio a desamparados ou a idosos militares. A proposta tramita em conjunto com outra, de objetivo idên-

tico, do senador Pedro Simon (PMDB-RS).

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP), líder do Bloco Oposição, afirmou que seu partido concorda com o serviço civil obrigatório. Já o senador Pedro Simon voltou a defender o novo serviço, observando que os brasileiros se preocupam muito com seus direitos e não percebem suas responsabilidades nos problemas que afligem as nossas populações.



Távola diz que a proposta é uma defesa contra os riscos trazidos pela globalização

Pedro Simon diz que tempo é insuficiente para fazer plebiscito

No último dia de discussão em plenário da proposta de emenda constitucional que convoca um plebiscito para que os eleitores decidam se deve haver uma revisão da Carta em 1999, o senador Pedro Simon (PMDB-RS), autor da emenda, disse acreditar que não há mais tempo hábil para que o plebiscito seja realizado nas eleições deste ano (4 de outubro).

Por ter recebido emendas de plenário, a proposta retorna agora à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde o relator, senador Jefferson Péres (PSDB-AM), dará parecer sobre as modificações sugeridas em plenário. Simon condenou durante a discussão de ontem a possibilidade

de se eliminar da emenda a convocação de um referendo, após a revisão, para que os eleitores confirmem ou não as mudanças aprovadas pelo Congresso. "Sem referendo, a revisão não terá legitimidade total", frisou.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que seu partido não concorda com uma revisão onde as mudanças possam ser aprovadas por maioria absoluta do Congresso reunido unicameralmente (297 dos 594 votos de deputados e senadores). Para o PT, qualquer mudança constitucional tem de ser aprovada por três quintos dos votos da Câmara e do Senado, separadamente.

Melo quer transferir a estados produtores ICMS de energia e petróleo

Os consumidores "não pagaria um centavo a mais" e ainda "será corrigida uma pequena esperteza que os estados produtores de petróleo não conseguiram evitar na Constituinte de 88". Foi assim que o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) defendeu ontem a sua proposta de emenda constitucional que transfere para os estados produtores de petróleo e de luz elétrica a arrecadação de ICMS que hoje fica com os estados consumidores.

O plenário fez ontem a primeira discussão da proposta de Geraldo Melo. O senador argumentou que prevaleceu na Constituinte de 88 a tese de que o ICMS deve ser arrecadado pelos estados produtores. No entanto, no final, foi aprovada uma exceção para o caso dos estados produtores de petróleo e de energia elétrica. "Nada justifica essa exceção", ponderou.

O senador citou que a arrecadação de ICMS sobre o minério-de-ferro produzido por Minas

Gerais é cobrada pelo governo mineiro, e não pelo estado do Rio, onde fica a siderúrgica de Volta Redonda, que usa o minério. "O petróleo também é um mineral. Por que a exceção?"

A emenda recebeu apoio, durante a discussão, dos senadores Abdias Jussa (PDT-RJ) e

Eduardo Dutra (PT-SE). Abdias observou que técnicos do governo, ao analisarem a proposta, concluíram que ela permitiria "uma enorme transferência de receitas" dos estados consumidores para os estados produtores. Para ele, o "objetivo é esse mesmo", pois os estados produtores são os mais pobres e os consumidores são os mais ricos.

Já o senador José Eduardo Dutra opinou que a proposta não tem chances de aprovação no Congresso, pois há mais estados consumidores que produtores de petróleo e de energia elétrica. "É óbvio que os estados consumidores vão chiar, a começar por São Paulo", disse,



Melo: contra a exceção

Emenda sobre FEF também corre risco, alerta senador

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse ontem, em plenário, temer que o Congresso não consiga votar até o final deste ano a sua proposta de emenda constitucional que exclui os municípios da retenção de impostos para formação do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF).

O senador lembrou que a prorrogação do FEF até 31 de dezembro de 99 foi votada pelo Senado em outubro do ano passado e, imediatamente, ele

apresentou a emenda de exclusão dos municípios, por acordo feito entre o governo e líderes dos partidos que o apoiam.

— Desde então, passaram-se seis meses e minha emenda ainda está sendo discutida no plenário. Tem de ser votada em dois turnos, segundo para a Câmara, onde também deve ser aprovada em dois turnos. Recio que o Congresso não termine a sua votação até o final do ano — acrescentou.

Senadores cobram ação contra desemprego

O Senado realizou ontem à tarde sessão em homenagem ao Dia do Trabalho, atendendo a requerimento da senadora Emília Fernandes (PDT-RS). Em seus discursos, Emília, Benedita da Silva (PT-RJ), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Sebastião Rocha (PDT-AP) apontaram o crescimento do desemprego e denunciaram a violação de direitos adquiridos pelos trabalhadores, mas

manifestaram a esperança de que o Brasil adote um modelo econômico que valorize mais o trabalho. Para eles, não há motivos para se comemorar o 1º de Maio. Já o senador Pedro Simon (PMDB-RS) elogiou a capacidade de trabalho do operário brasileiro e disse que as elites estão aquiém do povo e não demonstram compreensão dos problemas sociais.



Emília: mais esperança

Emília quer ver a união de todos os trabalhadores

Autora da iniciativa que levou o Senado a homenagear ontem o Dia do Trabalho e primeira oradora da sessão, a senadora Emília Fernandes convocou todos os trabalhadores do país a se unirem na luta por um Brasil soberano, integrado em suas diversidades regionais, e que valorize todos aqueles que trabalham e produzem.

— Antes do lucro a qualquer preço, da falsa modernidade e da exploração das nações em desenvolvimento como o Brasil, é preciso considerar o ser humano, o direito dos cidadãos de terem uma vida digna para si, para sua família e para seus filhos — pregou a senadora.

Emília Fernandes defendeu para o Brasil um desenvolvimento que combine crescimento econômico com geração de empregos, direitos sociais, saúde, educação, segurança e, “acima de tudo, esperança para os trabalhadores”.

A senadora mencionou pesquisas segundo as quais, em Porto Alegre, o desemprego subiu de 12,8% para 13,7%, entre fevereiro de 1997 e fevereiro de 1998. Conforme a parlamentar, isso significa um total de 213 mil desempregados dos 10% da população.

Ela criticou o propósito do ministro de extinguir a contribuição sindical, a unicidade sindical e o papel da Justiça do Trabalho. E pediu a todos que têm compromisso com os trabalhadores que cerrem fileiras na defesa dessas conquistas.

Em apurte, a senadora Júnia Marise (PDT-MG) informou que há um milhão de desempregados em Minas Gerais — 285 mil somente em Belo Horizonte.

Para Simon, elites não têm compreensão dos problemas

A capacidade dos trabalhadores brasileiros nivela-se à dos trabalhadores dos países do Primeiro Mundo, avaliou ontem o senador Pedro Simon. Ele acredita que os problemas que afligem a mão-de-obra brasileira decorrem da incapacidade da elite nacional.

— O trabalhador brasileiro é de primeira grandeza. A elite é que está aquém do povo. Nós, políticos, empresários e intelectuais, não temos a compreensão da responsabilidade do trato dos problemas sociais dos pais.

O senador gaúcho reconhece que não havia muita a ser comemorado no 1º de Maio. No entanto, ele vê aspectos positivos no controle da inflação, que castigava os salários.

Para Simon, o país deve buscar agora mecanismos que revertam os altos níveis de desemprego, provocados pela recessão. Ele cita como medida importante a criação de comissões especiais no Senado para discutir o problema e apontar formas de geração de postos de trabalho no país.

A questão da seca é, para Simon, um exemplo claro da falta de ação dos governantes diante das mazelas sociais. Segundo ele, o drama da seca é previsível e ainda assim as providências não são tomadas. “O Nordeste tem todas as condições para ser um celeiro de alimentos do Brasil, mas por irresponsabilidade nossa isso não acontece”, afirmou.

Pedro Simon disse que a gravidade do problema tem justificado casos de saques em busca de alimentos na região. Para ele, não há drama maior do que a impossibilidade de um pai alimentar a sua família. No entanto, o senador criticou o estímulos aos saques como forma de solução do problema.



Simon critica falta de ação



Benedita: dados alarmantes

Benedita: é hora de se reafirmarem os ideais

A senadora Benedita da Silva afirmou ontem que, num momento histórico em que o trabalho humano é desvalorizado como fator de produção, mais do que nunca as comemorações em torno do 1º de Maio devem servir para reafirmarem-se os ideais e redobrar-se a disposição de luta dos trabalhadores.

“O avanço da informática, da robótica e da automação, aliado à lógica cruel e desumana do neoliberalismo, resulta em vertiginoso crescimento do desemprego, não só nos países mais pobres, mas também nos mais desenvolvidos”, acrescentou.

No caso específico do Brasil, Benedita destacou que os trabalhadores sempre convivem com a exploração selvagem, o desrespeito aos direitos legalmente assegurados e os ataques à liberdade de associação, circunstâncias atualmente agravadas “pela subida dos índices de desemprego, pelos ataques generalizados, impiedosos e constantes a todas as conquistas da classe e pelo achatamento salarial”.

Ao contrário do que afirmava o governo, enfatizou a senadora, o desemprego não está circunscrito a determinadas regiões ou setores econômicos. Conforme dados do IBGE citados por Benedita, a taxa de desemprego aberto subiu em todas as seis regiões metropolitanas pesquisadas pelo instituto, em todos os setores de atividade.

Os dados, explicou a senadora, referem-se às pessoas que, na pesquisa, declararam-se desempregadas e à procura de emprego, de modo que eles não abrangem os ex-assalariados que optaram pelo ingresso na informalidade.

Rocha lembra dor de milhares de famílias

Para o senador Sebastião Rocha, nesse 1º de Maio milhões de famílias brasileiras trabalharam a dor da expulsão da terra, do desemprego, dos filhos que não podem prosseguir os estudos, das filhas entregues à prostituição, das crianças que vivem em asilos, dos que vivem embaixo dos viadutos.

Para Rocha, uma das principais causas da situação grave vivida pelo país é a falta de uma política regional de planejamento, principalmente na área de transportes, o que impossibilita o desenvolvimento de municípios, dos estados e da economia em geral.

O senador destaca que este foi um 1º de Maio sem festas, sem luta, e rende uma homenagem aos trabalhadores. “Estou solidário com as reivindicações do trabalhador brasileiro”, disse em seu discurso.

— Só teremos um país justo quando houver a garantia de condições mínimas de dignidade e respeito para a classe trabalhadora — defendeu Sebastião Rocha, destacando os protestos contra o salário mínimo de R\$ 130 e insatisfação pelos crescentes índices de desemprego, que marca uma data.

O senador informou que o desemprego atingiu no mês passado o índice de 8,18%, o mais elevado desde o final do período militar. Sebastião Rocha lembrou ainda que, comparado aos salários mínimos de outros países do Mercosul, o Brasil tem o menor, apesar de ser o país mais desenvolvido economicamente. Ele lembrou que o artigo 6º da Constituição brasileira indica que o salário mínimo precisa ser capaz de atender às necessidades vitais básicas do trabalhador.



Rocha: mais dignidade e respeito



Suplicy defende renda mínima

Suplicy acha que FHC não se preocupa

O senador Eduardo Suplicy criticou a atitude “despreocupada” do presidente Fernando Henrique Cardoso, que preferiu não fazer um pronunciamento sobre os trabalhadores, mesmo diante de um quadro lastimável de desemprego crescente no país.

Também não explicou FHC por que não está realizando sua meta de dobrar o poder aquisitivo do salário mínimo até o último ano de seu mandato, conforme prometera em sua campanha de 1994. Pois os R\$ 130 de maio de 1998 correspondem a um aumento de apenas 27%, em valor real, em relação aos R\$ 70 do salário mínimo em janeiro de 1995, bem longe dos 100% de sua promessa — ressaltou.

Além de criticar a paralisia do governo em relação ao desemprego, Suplicy apontou algumas saídas: “Um aumento maior do salário mínimo, coordenado com a introdução de um programa de renda mínima para os mais carentes, contribuiria bastante para que chegássemos mais próximos de dar, a todos, maiores oportunidades de emprego e renda. O estímulo às formas cooperativas de produção, a expansão do micro-crédito ou crédito popular também representam instrumentos úteis para atingir aquela meta”.

Para Suplicy, está faltando criatividade ao governo para solucionar o desemprego. “Durante muito tempo, o governo argumenta que o desemprego era um problema de São Paulo. Recentes pesquisas mostram que a tendência do desemprego também está presente em grandes cidades como Belo Horizonte, Porto Alegre, Brasília e Recife”, disse.

Projeto, que irá a votação no plenário, prevê dois reajustes. O primeiro deles, de 113%, será retroativo a fevereiro deste ano

CAE aprova aumento da gratificação de militares

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem parecer do senador Ney Suaresna (PMDB-PB) favorável ao projeto que concede um aumento de 113% na gratificação de militares, retroativo a 1º de fevereiro deste ano, e outro de cerca de 30%, sobre os novos valores, em 1º de fevereiro de 1999. O projeto do Poder Executivo trata da Tabela de Cálculo da Gratificação de Condição Especial de Trabalho (GCET).

Com a alteração, a gratificação do almirante-de-esquadra, general-de-exército ou tenente-brigadeiro-d-ar, que corresponde hoje a R\$ 905,99, passará a R\$ 1.938,05 na primeira etapa, e a R\$ 2.516,50 na segunda. A GCET de capitão-de-mar-e-guerra ou coronel subirá de R\$ 660,02 para R\$ 1.411,51, retroativos a janeiro deste ano, e R\$ 1.833,61, em janeiro de 1999.

— Eu gostaria de estar relatando não só esta gratificação para ocupantes das Forças Armadas,

mas também melhores salários para militares e civis, que já estão com mais de três anos sem aumento—comentou o senador Ney Suaresna.

Apesar de concordar com a opinião de Suaresna, o senador Lauro Campos (PT-DF) disse que só votaria favorável à matéria se outras injustiças fossem sanadas, como a reposição das perdas salariais dos funcionários públicos e dos professores que estão em greve.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que também votou contra o parecer do relator,

endossou as palavras de Lauro Campos para justificar a sua decisão. Ernandes Amorim (PPB-RO), que, mesmo sem fazer parte da CAE, participou da reunião de ontem, também deu sua opinião. "Não sei por que esses dois pesos. Para os militares, vantagens e mais vantagens, em detrimento dos outros trabalhadores, que também merecem aumento." O projeto vai agora a plenário.



Ney Suaresna



Na sessão da CAE, Suplicy pediu novas informações sobre o Bemat

Decisão sobre o Bemat sai na próxima semana

A votação, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), da solicitação do governo de Mato Grosso para transformar o Banco do Estado de Mato Grosso em agência de fomento foi adiada para a próxima semana. O motivo foi um requerimento apresentado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), pedindo informações ao Banco Central sobre a atual situação do Bemat.

O requerimento, aprovado por unanimidade, solicita dados sobre a relação ativo e

passivo do Bemat no momento de sua liquidação e também uma avaliação dos ativos a serem adquiridos pelo estado ao transformar o banco em agência de desenvolvimento.

O governo de Mato Grosso pleiteia um contrato de abertura de crédito e de compra e venda de ativos, a ser celebrado com a União, no valor de R\$ 284,6 milhões. O parecer do relator, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), é favorável à autorização do acordo proposto.

Autorizados empréstimos para estados

Em reunião presidida pelo senador Francelino Pereira (PFL-MG), a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou ontem parecer favorável ao refinanciamento de dívida de Mato Grosso, no valor de R\$ 1,09 bilhão, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados. A comissão aprovou parecer favorável à solicitação do governo mato-grossense para a aquisição, pela Caixa Econômica Federal, de débitos do estado junto a seis instituições financeiras, dentro do mesmo programa, no total de R\$ 286,06 milhões.

Também foi aprovado pela CAE parecer favorável à solicitação do governo de Goiás para contratar operação de financiamento à importação junto ao Banco do Brasil, mediante repasse de recursos do Exim-bank Japan, no valor de R\$ 29,7 milhões. A matéria foi relatada pelo senador João Rocha (PFL-TO). Os recursos destinam-se à aquisição de máquinas e equipamentos para manutenção da malha rodoviária. Todas essas matérias ainda terão que ser aprovadas pelo plenário do Senado.

O relator do projeto sobre refinanciamento das dívidas de Mato Grosso, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), disse, em seu parecer, que, do total a ser rolado, R\$ 189,5 milhões correspondem à dívida mobiliária, calculada em julho de 97. Outros R\$ 94,4 milhões são relativos ao saldo devedor de empréstimos junto ao Banco do Brasil.

O restante do financiamento corresponde às dívidas junto ao sistema bancário, além de parcela referente ao empréstimo feito em favor do Banco do Estado de Mato Grosso (Bemat). Alcântara também relatou o projeto que trata dos débitos de Mato Grosso junto a instituições financeiras. Ele engloba as dívidas do estado junto ao Banco do Brasil, Bamerindus, BMC, BMD, BCN e Rural.

Produção de ZPEs poderá ser vendida para mercado interno

Foi aprovado, ontem, na Comissão de Assuntos Econômicos, em caráter terminativo, projeto de lei do Senado alterando o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs). As modificações visam tornar as ZPEs mais ágeis e competitivas, de modo que possam alcançar seus objetivos de estímulo ao investimento, de criação de empregos e correção de desequilíbrios regionais: O projeto, de autoria do senador Joel de Hollanda (PFL-PE), foi relatado pelo senador Gilberto Miranda (PFL-AM). A matéria virá agora à Câmara, não fluirá retro ao plenário.

Entre as alterações na legislação das ZPEs, está a possibilidade de venda de parte da pro-

dução no mercado doméstico. Hoje, toda produção é destinada ao mercado externo. Outra mudança torçosa possível o aval do governo federal para a obtenção de financiamento por parte das empresas administradoras das ZPEs junto a instituições multilaterais de crédito.

Miranda atribuiu as alterações à necessidade de se adaptar às mudanças ocorridas na economia brasileira desde o final da década passada (quando a lei entrou em vigor). "As mudanças se impõem por uma questão de atualização às novas condições de internacionalização da economia brasileira e de globalização de mercados", comentou. Ele informou que há quatro ZPEs em fase de implantação: em Imbituba (SC), Rio Grande (RS), Toffilo Ottoni (MG) e Araguaína (TO).

Senadores votam nova programação monetária

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou parecer do relator, senador Ney Suaresna, favorável à mensagem do Executivo que define a programação monetária para o segundo trimestre de 1998. A matéria, que tramita em regime de urgência, irá agora ao plenário, que

pode aprová-la ou rejeitá-la na totalidade, não se permitindo nenhuma alteração.

Na programação, os técnicos do governo manifestam a expectativa de o país sofrer uma contração econômica mais suave do que a esperada depois da crise asiática.

CULTURA AO MEIO-DIA

1998

de Nelson Pereira dos Santos

Cinema de Lágrimas

Realização: Nelson Pereira dos Santos

Produção: SANCHEZ GIBRAN

Apresentado por: RIFILM

Senado Federal
AUDITÓRIO PETRÔNIO PORTALEA
QUARTA - 06 de maio de 1998

ENTRADA FRANCISA

Por nove votos a cinco, a Comissão de Assuntos Econômicos derrubou parecer contrário do relator do projeto, Lúcio Alcântara, e optou por voto em separado de Gilberto Miranda

Legalização de cassinos vai a plenário

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou ontem voto em separado do senador Gilberto Miranda (PFL-AM) favorável ao projeto de lei que legaliza os cassinos no Brasil. O parecer do relator, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), contrário ao projeto originário da Câmara dos Deputados, foi derrubado por nove a cinco e uma abstenção. O voto em separado passa a constituir o parecer da comissão. Agora, o projeto segue para o plenário.

O projeto permite, mediante autorização dos estados e do Distrito Federal, a exploração dos jogos de azar em hotéis-cassinos, em hotéis que, para tanto, venham a se adequar em cassinos, e em cassinos, por pessoas jurídicas devidamente credenciadas. Na escolha das localidades onde poderá ser autorizada a exploração de cassinos será levada em conta a existência de patrimônio turístico a ser valorizado, ou carência de alternativas para o seu desenvolvimento econômico.

O estado somente poderá autorizar a exploração do jogo se o empreendimento estiver integrado às condições ambientais da área escolhida para sua implantação e utilizar mão-de-obra local. O projeto incentiva o aproveitamento de idosos e portadores de deficiência física no mercado de trabalho decorrente da atividade. Os cassinos serão explorados exclusivamente por empresa com sede e administração no Brasil e



O texto aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos segue agora para o plenário

que comprove capacidade técnica e financeira.

Pela proposição, o Poder Executivo federal deverá criar um órgão fiscalizador da atividade, para analisar as informações contábeis, financeiras e patrimoniais das empresas exploradoras dos cassinos. A inspeção das obrigações legais decorrentes da atividade sujeitará as empresas à advertência por escrito, suspensão temporária das atividades ou cancelamento da autorização, com declaração de inidoneidade do explorador.

O senador Edison Lobão (PFL-MA), um dos principais defensores da liberação dos cassinos, ressaltou o potencial de geração de empregos da regularização dos jogos de azar. "As projeções apontam para a criação de 150 mil novas vagas para atender à atividade", afirmou. "O projeto aprovado é um problema a mais e nenhum benefício para o país", discorreu Alcântara.

As manifestações favoráveis à

liberação dos cassinos foram centradas na necessidade de se legalizar uma prática que já existe ao largo da fiscalização do Estado. "Sabemos que mais de 50 cassinos clandestinos funcionam no Brasil", disse Lobão, que relatou o projeto na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Já o senador Gilberto Miranda (PFL-AM) salientou que "o importante é tornar oficiais os jogos de azar, conduzidos por uma indústria legalizada, pagando impostos, gerando empregos e divisas ao país, para não continuarmos a ver nos jornais e nas televisões a criminalidade imperar e a impunidade crescer".

Para o relator Lúcio Alcântara, há argumentos de sobre, econômico e morais, que não justificam a legalização dos cassinos. Ele citou estudos acadêmicos e uma reportagem da revista *The Economist* que apontam para as desvantagens financeiras da instituição do jogo.

— O jogador médio é uma pessoa de classe média ou classe média baixa que gasta suas economias no jogo, deixando de gastar seu dinheiro com outros bens. A liberação do jogo só vai beneficiar o dono do cassino — afirmou o relator.

Alcântara citou ainda os riscos de a atividade ser usada para lavagem de dinheiro, possibilidade que, segundo o senador, já foi levantada pela inteligência da Receita Federal. O potencial de criação de empregos também foi colocado em dúvida pelo relator. "Não acredito nas possíveis vantagens com relação à geração de novas vagas", concordou o senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

Para o senador Bello Parga (PFL-MA), que se absteve na votação, as consequências negativas do cigarro e de bebidas alcoólicas superam os dados contrários à legalização do jogo. Em resposta, o relator do projeto e o senador Esperidião Amin (PPB-SC) argumentaram que as atividades citadas também têm sido inibidas em proteção à sociedade.

— No caso das bebidas alcoólicas existe o bafometim. No jogo vai existir o jogômetro? — questionou Amin. Ele divergiu de senadores defensores do jogo que colocaram o problema no campo individual. "Não é bem assim. Quem paga a conta é a sociedade", disse. O senador Lauro Campos (PT-DF) classificou o jogo como "uma atividade perniciosa que prega o não trabalho".

Alcântara vê falhas no texto

Além de posicionar-se contrário ao mérito da matéria, o relator da proposta que legaliza os cassinos no Brasil, senador Lúcio Alcântara, considera falho o projeto. A seu ver, deixou a criação de uma contribuição especial dos cassinos para ser votada em projeto de lei complementar, vai dificultar a aprovação desse mecanismo de compensação social.

— Sabemos que a aprovação de um projeto de lei complementar necessita de *quorum* qualificado, o que pode retardar a instituição desse tributo — disse Alcântara, que teve seu relatório rejeitado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Para o senador Edison Lobão, que relatou o projeto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), não haverá grande prejuízo. "Os cassinos pagarão todos os tributos inerentes à atividade econômica que desempenham", afirmou o senador.

Outra preocupação de Alcântara em seu relatório é quanto à forma de cobrança de tributos específicos à exploração dos jogos de azar. "Fis impostos, cujas competências pertencem às três esferas de governo, não requerem novas e específicas metodologias de arrecadação e fiscalização, compatíveis com a atividade financeira dos cassinos, cujos giro financeiro e lucratividade apresentam facetas não usuais na legislação tributária ora vigente, decorrentes da mecânica dos jogos de azar", argumentou o relator na CAE.

O projeto não sofreu emendas na CCJ nem na CAE. Lobão acredita que a votação em plenário ocorra em cerca de 15 dias, caso seja aprovada pelo Senado, a proposta vai à sanção do presidente Fernando Henrique Cardoso.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

7h - Entrevista com o dr. Jaldo de Souza Santos, presidente do Conselho Federal de Farmácia, sobre o projeto de lei que obriga as farmácias a reterem as receitas que prescrevem o uso de antibióticos

8h - Agência Econômica com o sen. Jefferson Soares (PSDB-AM), deputado federal Paulo Lustosa (PMDB-CE) e repórter do jornal O Estado de S. Paulo sobre a reforma tributária

9h30 - Entrevista com o dr. Jaldo de Souza Santos, presidente do Conselho Federal de Farmácia, sobre o projeto de lei que obriga as farmácias a reterem as receitas que prescrevem o uso de antibióticos

10h - Comissão de Assuntos Sociais - apreciação do projeto de lei que trata dos planos de saúde

14h30 - Sessão plenária deliberativa (vívo)

Logo após: Comissão de Constituição e Justiça - indicação dos nomes de Carlos Alberto Marques Soares e de João Batista da Silva Fagundes para ministros do Superior Tribunal Militar (gravação)

20h40 - Telejornal "Congresso Hoje"

20h40 - "Senado em Pauta"

21h - Sessão plenária (reapresentação)

0h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

0h40 - "Senado em Pauta"

1h - Debate com a participação do sen. Lúcio Coelho (PSDB-MS) e do embaixador José Alfredo Graça Lima sobre o processo de globalização e o Mercosul

2h - "Jornal da Amazônia"

2h15 - "Senado em Pauta"

2h30 - Fala, Cidadão

6h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

6h40 - "Senado em Pauta"

Obs: Durante a programação serão transmitidos *flashs* de reportagens, instituições, especiais e o programa "Fala, Cidadão".

RÁDIO SENADO

7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)

10h - Comissão de Assuntos Sociais

13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)

14h15 - "Senado em Revista"

14h30 - Sessão plenária

19h - "A Voz do Brasil"

22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)

0h - Retransmissão da sessão plenária

4h - Música e informação até as 7h30

Senado vai verificar fiscalização dos fundos

O plenário do Senado decidiu ontem que a Comissão de Fiscalização e Controle deve verificar se as recomendações feitas pelas CPIs dos Precatórios e dos Fundos de Pensão e pelo Tribunal de Contas da União (TCU) para fiscalização das entidades de previdência privada foram levadas em conta pelo Executivo e Legislativo. A decisão resultou de requerimento do senador Jader Barbalho (PMDB-PA), contrário ao arquivamento de projeto de lei apresentado pelo ex-senador Cid Sábio de Carvalho, em 1992, após a CPI que apurou denúncias de irregularidades cometidas em fundos de pensão de estatais.

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), autor do parecer favorável ao arquivamento, aprovado na Comissão de Assuntos Sociais, avaliou que "a matéria foi superada por outras mais avançadas". Em contraposição, Jader Barbalho argumentou sobre a conveniência política de o Senado, através da Comissão de Fiscalização e Controle, verificar se as providências foram efetivamente tomadas.

Suplicy: FHC deve dizer quem negocia "sem assepsia"

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) exigiu ontem, em discurso no plenário, que o presidente Fernando Henrique Cardoso aponte expressamente cada um dos congressistas que estão votando projetos do governo à custa de expedientes impuros, ao invés de fazê-lo por espírito público. "FHC não pode lançar essa suspeita de 'negociação sem assepsia' sobre todos os seus aliados", disse.

Para Suplicy, a referência do presidente Fernando Henrique à negociações feitas no Congresso "em moldes outros que não o interesse público" assistiu a população. "Como observaram articulistas na imprensa, quem estivesse por ser operado e ouvisse o médico dizer que não havia as condições de assepsia necessárias mudaria de médico e de hospital", enfatizou.

Kocheril Raman Narayanan lidera uma delegação indiana que visita o Brasil para ampliar o intercâmbio político, cultural e comercial entre os dois países

Antonio Carlos e Temer recebem presidente da Índia

Em visita ao Congresso Nacional, o presidente da Índia, Kocheril Raman Narayanan, foi recebido ontem pelos presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados, Antonio Carlos Magalhães e Michel Temer. A delegação indiana está no Brasil para manter contatos com autoridades e empresários, visando do ampliar o intercâmbio político, cultural e comercial entre os dois países.

No encontro, Antonio Carlos e Temer manifestaram disposição de aproximar os parlamentos dos dois países, em benefício da democracia e do desenvolvimento econômico e social das nações. O presidente indiano,



Na visita ao Congresso, Narayanan foi recebido pelos presidentes do Senado e da Câmara

no, que também foi parlamentar, apoiou a proposta e disse que vai estimular essa aproximação.

Recepcionado no Salão Nobre do Senado, Narayanan trocou impressões com Antonio Carlos

e Temer em torno do funcionamento do Congresso brasileiro e estabeleceu paralelos com a atuação do Parlamento indiano. O presidente do Senado apontou no exemplo de Narayanan e na

experiência política, já vivenciada pelo Brasil, a importância de que o presidente da República seja alguém com experiência no trato com o Congresso.

Foi consenso no encontro que a capacidade dos dois países de responder aos desafios da redução da pobreza e da promoção do desenvolvimento econômico e social será vital para o aprimoramento da democracia no Brasil e na Índia. Os senadores Romeu Tuma (PFL-SP) e Benedita da Silva (PT-RJ) também participaram da recepção à delegação indiana no Congresso Nacional.

Melo pede ajuda da Petrobras contra seca

O senador Geraldo Melo (PSDB-RN) fez ontem um apelo ao presidente da Petrobras, Joel Rennó, para que a estatal destine alguns de seus poços no Rio Grande do Norte à captação de água. Segundo o senador, a empresa possui cerca de 150 pontos de prospecção de petróleo na região de Mossoró, como alguns deles não obtiveram êxito e só em contrarrazão água, poderiam ser colocados à disposição da população assolada pela seca.

No seu esforço para encontrar petróleo, a empresa encontra apenas água em alguns poços. Isto é ruim para a Petrobras, mas é bom para o estado. Há pelo menos dois poços que podem atender a comunidade de Sussuarana, uma das mais necessitadas. Tenho relatos de que a Petrobras não está permitindo o acesso da população a estes poços - explicou o senador.

Geraldo Melo espera uma tomada de posição do presidente da Petrobras, ressaltando a importância do Rio Grande do Norte para a empresa, já que é o segundo produtor nacional de petróleo.



Melo aponta poços disponíveis ELEIÇÕES

O primeiro vice-presidente do Senado aproveitou seu pronunciamento para comentar o quadro eleitoral no Rio Grande do Norte, citando o avanço do senador José Agripino Maia (PFL-RN) nas intenções de voto para o governo do estado. Geraldo Melo lembrou a divulgação de pesquisa pela revista Isto É, feita há cerca de um mês, indicando uma diferença de 40% a favor do atual governador, Garibaldi Alves, em oposição aos números mais recentes do Ibope, que apresentam uma diferença de apenas nove pontos percentuais.

Jonas Pinheiro presta homenagem a Rondon

Lembrando que o dia 5 de maio, data do nascimento do marechal Cândido Rondon, é também o Dia Nacional das Telecomunicações, o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) homenageou ontem essa figura histórica, dizendo que seu pensamento e obra se confundem com a própria doutrina militar brasileira.

Jonas Pinheiro mencionou o discurso com que o deputado Aroldo de Oliveira homenageou Rondon na sessão solene realizada pela manhã na Câmara, solidarizando-se com o deputado Murilo Dourinhos, que propôs essa homenagem, e enalteceu a presença da prefeita Maria da Glória Garcia, de Santo Antonio de Leverger (MT), cidade do homenageado, na solenidade. Disse que Rondon diplomou-se oficial do Exército na Escola Militar da Praia Vermelha, em 1889, dando início a uma brilhante carreira militar, até o posto de general-de-divisão, quando se retirou da ativa. Lembrou que Rondon foi intelectualmente estimulado por Benjamin Constant, de quem adotou a doutrina positivista.

Conforme Jonas Pinheiro, Cândido Rondon não hesitou em largar o ensino e os estudos para

dedicar-se ao trabalho de construção e manutenção de estações telegráficas entre Goiás e o Norte do país, e entre o Paraguai e a Bolívia. Recordou que, em 1912, Rondon acompanhou Theodore Roosevelt em expedição do Centro-Oeste e pela Amazônia, e registrou os elogios feitos pelo ex-presidente americano a esse "caboclo nato-grossense".

O senador lastimou a atual ocupação desordenada da Amazônia, dizendo que Rondon não gostaria de vê-la sucumbir à destruição das queimadas, à poluição dos seus rios, à extinção de suas espécies e ao extermínio das nações indígenas.



Jonas lembra carreira brilhante